



MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA. EPP

RDC ELETRÔNICO EDITAL 01/2015


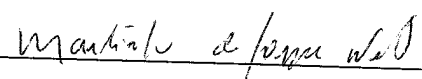
**OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS RELATIVOS À
IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E SISTEMA DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA, NO MUNICÍPIO DE QUEIMADA NOVA DO PIAUÍ, NO
ESTADO DO PIAUÍ.**

**CODEVASF
7ª SR**

DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO VI
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

		GUIA DE RETIRADA	RDC Eletrônico Edital n.º 01/2015- 7ª/SR
OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO MUNICÍPIO DE QUEIMADA NOVA DO PIAUÍ, NO ESTADO DO PIAUÍ.			
Documentos Constitutivos			
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ANEXOS		
ANEXO II	MODELOS DAS CARTAS DE APRESENTAÇÃO		
ANEXO III	MODELOS DE DECLARAÇÕES		
ANEXO IV	QUADROS		
ANEXO V	MINUTA DO CONTRATO		
ANEXO VI	GUIA DE RETIRADA DE EDITAL		
Dados para correspondência informados pela licitante			
EMPRESA:	MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA		
ENDEREÇO:	Rua da Pedreira, nº 150, Apto. 001 – São José – CEP: 56.302-430		
CIDADE:	Petrolina/PE		
TELEFONE:	87.38620034	FAX:	
CNPJ: 10.608.832/0001-49		E-mail: mandacaruterraplenagem@uol.com.br	
<p>Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital.</p> <p>Pela licitante:</p> <p></p> <p>Assinatura</p> <p align="right">DATA: 20/05/2015</p>			

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE: MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

MARTINHO DE SOUZA NETO, nacionalidade brasileiro, nascido em 21/11/1970, casado com comunhão parcial, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 656.827.504-20, Cédula de Identidade nº 3.698.023-SSP/PE, residente e domiciliado: R da Pedreira, 150, São José, Petrolina, PE, 56302-430.

BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA, nacionalidade brasileira, nascido em 02/01/1969, casado com comunhão parcial, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 628.343.984-53, Cédula de Identidade CREA-PE-021340-D, residente e domiciliado: R da Pedreira, 150, São José, Petrolina, PE, 56302-430.

Têm entre si justa e contratada a constituição de uma sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial, **MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede: Rua Castro Alves, 428 Centro, Petrolina, PE, 56304-340.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais): Edificações residenciais, comerciais, industriais e serviços públicos e privados; Projeto, Operação, Manutenção, Representação, Instalação de Maquinas e Equipamentos Industriais, Comerciais e Residenciais; Perfuração Instalação e Manutenção de Poços Tubulares Obras Viárias Rodovias, Vias Férreas e Aeroportos; Grandes Estruturas e Obras de Arte; Obras de Urbanização e Paisagismo; Montagem de Estruturas Metálicas; Obras de Irrigação; Construção de Redes de Água e Esgoto; Construção de Obras de Barragens e Represas para Geração de Energia Elétrica; Construção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica; Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica; Construção de Redes de Telefonia e Comunicação; Instalação e Manutenção Elétrica em Edificações; Instalação e Manutenção de Sistemas de Ar Condicionado de ventilação e Refrigeração; Instalação de Sistema de Prevenção contra incêndio; Montagem e Instalação de Sistemas e Equipamentos de Iluminação e Sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Tratamento Acústico e Térmico; Obras de Alvenaria e de Acabamento em gesso e argamassa, de Pintura e Impermeabilização em Edificações em geral, Instalações de Portas, Janelas, Tetos, Divisórias e Armários embutidos de qualquer material; Serviços de Aplicação de Resinas em interiores e exteriores; Aluguel de Maquinas e Equipamentos de demolição e de construção civil; Aluguel de Veículos automotores e de Transporte de passageiros; Aluguel de Maquinas e Equipamentos agrícolas; Locação de Maquinas e Equipamentos de apoio tais como: Caçamba, Caminhão Pipa, PA Carregadeira, Retro Escavadeira, Trator de esteira e sobre rodas e Equipamentos de Terraplanagem; Exploração de Estacionamentos para veículos automotores; Serviços de Medição de consumo de Energia Elétrica; Serviços de Medição de consumo de água; Manutenção e Limpeza de vias públicas; Consultoria e Serviços de Engenharia Elétrica, Civil e Mecânica, Estudos, Exploração de recursos Hídricos e Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nas Áreas irrigadas e de sequeiro; Serviços técnicos de topografia, cartografia; Seleção, Agenciamento e Locação de Mão de obra no ramo da construção civil; Atividade de Segura e Vigilância pública e privada; Serviços de transporte de valores.

CLÁUSULA QUINTA. A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002)

CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 21/10/2008

Jacimar Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC Nº 1489/12

Veralucia Silva Santiago
Analista de Processos - Port. 008/2008
Núcleo Regional de Petrolina
Mat 1063-4

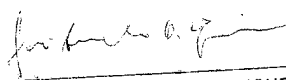
RECEBUE

001451



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/01/2009
SOB Nº: 26201725322
Protocolo: 09/999855-6

MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA


JOSE ARMANDO DUARTE RODRIGUES
SECRETARIO-GERAL

CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 29/10/06


Jacyma Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC Nº 1469/12



DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. A sociedade tem o capital social de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), dividido em 315.000 (trezentos e quinze mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

MARTINHO DE SOUZA NETO, com 31.500 (trinta e um mil e quinhentos) quotas, perfazendo um total de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA, com 283.500 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos) quotas, perfazendo um total de R\$ 283.500,00 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos reais), parte com a entrega de um Caminhão/Basculante Marca Mercedes Benz, ano e modelo 2006/2006, RENAVAL nº 878680926, Chassis 9BM6953016B459704, Placa KHP 8812-PE, pelo valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais) e o restante no valor de R\$ 138.500,00 (Cento e trinta e oito mil e quinhentos reais), em moeda corrente do país neste ato:

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá a **BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002)

Parágrafo único. No exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 29/09/15

Jacimar Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC. Nº 1469/12

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura manuscrita]
Aeralúcia Silva Santiago
Analista de Processos - Port. 008/2008
Núcleo Regional de Petrolina
Mat. 1063-4

relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

DO FORO


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de Petrolina - PE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que serão assinadas pelos sócios.

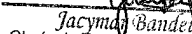
Petrolina - PE, 02 de janeiro de 2009.


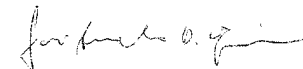

MARTINHO DE SOUZA NETO


BRIGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA


Veralúcia Silva Santana
Analista de Processos - Port. 008/2008
Núcleo Regional de Petrolina
Mat. 1663-4

CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 29 / 06 / 15


Jacyma Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC. Nº 1469/12

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/01/2009
	SOB Nº 26201725322 Protocolo: 04933255-6
MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA	 JOSÉ ARMANDO DUARTE RODRIGUES SECRETÁRIO GERAL

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 DA SOCIEDADE EMPRESARIAL: MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA EPP.

MARTINHO DE SOUZA NETO, nacionalidade brasileiro, nascido em 21/11/1970, casado com comunhão parcial, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº. 656.827.504-20, Cédula de Identidade nº. 3.698.023-SSP/PE, residente e domiciliado: R da Pedreira, 150, São José, Petrolina, PE, 56302-430.

BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA, nacionalidade brasileira, nascido em 02/01/1969, casado com comunhão parcial, empresária, inscrito no CPF/MF sob o nº. 628.343.984-53, Cédula de Identidade CREA-PE-021340-D, residente e domiciliado: R da Pedreira, 150, São Jose, Petrolina, PE, 56302-430.

MARCELO DINIZ DE SOUZA, brasileiro, nascido em 08/01/1973, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 4.084.940-SSP/PE, CREA PE-049633 e CPF 747.944.004-97, residente e domiciliado na Rua Vila São Francisco, nº 490, Centro, Petrolina, PE CEP56302-280. Únicos sócios componentes da sociedade limitada, com denominação social: MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA EPP, estabelecida na Rua Da Pedreira, nº 150, Apartamento 01, bairro São Jose, CEP – 56302-430, Petrolina – PE, com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial deste Estado, sob o nº 26201725322, em data de 13/01/2009 e inscrita no CNPJ 10.608.832/0001-49, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1ª O capital social de R\$ 380.000,00 (Trezentos e Oitenta mil reais), dividido em 380.000 (Trezentos e Oitenta mil) cotas, já totalmente integralizado, é aumentado para R\$ 1.040.000,00 (Um Milhão e Quarenta mil reais), dividido em 1.040.000 (Um Milhão e Quarenta mil) quotas no valor nominal de R\$1.00(Um real), cujo aumento é subscrito e integralizado em moeda corrente no País, pelo aproveitamento de lucros acumulados, ficando distribuído entre os sócios como se segue:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
MARTINHO DE SOUZA NETO	104.000	10,00	104.000,00
BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA	832.000	80,00	832.000,00
MARCELO DINIZ DE SOUZA	104.000	10,00	104.000,00
Total	1.040.000	100,00	1.040.000,00

Parágrafo único. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1052 da Lei 10.406/02. Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações.

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA EPP, com sede Matriz na Rua Da Pedreira, nº 150, Apartamento 01, bairro São Jose, CEP 56302-430, Petrolina – PE;

Paragrafo único - Observada as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios.

DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais): Locação de maquinas e equipamentos de apoio tais como: Caçamba, Caminhão Pipa, PA carregadeira, Retro escavadeira, Trator de esteira e sobre rodas e equipamentos de terraplanagem; Serviços de

CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 29/06/15

Jacymay Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR – DEC Nº 1469/12

[Handwritten signatures and initials]

SECRETARIA

DE LICITAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 29 / 06 / 13

Jacimar Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC. Nº 1469/12

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/04/2013
SOB Nº: 20138788634
Protocolo: 13/878863-4
Empresa: 26 2 0172532 2
MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA
EPP


ANDREA CRISTINA P. DE ALMEIDA
SECRETARIO-GERAL

medição de consumo de energia elétrica; Serviços de medição de consumo de água; Manutenção e limpeza de vias públicas; Edificações residenciais, comerciais, industriais e serviços públicos e privados; Projeto, Operação, Manutenção, Instalação de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais; Perfuração, Instalação e Manutenção de poços tubulares; Obras viárias rodovias, Vias férreas e aeroportos; Grandes estruturas e Obras de arte; Obras de urbanização e Paisagismo; Montagem de estruturas metálicas; Obras de irrigação; Construção de redes de água e esgoto; Construção de obras de barragens e Represas para geração de energia elétrica; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de telefonia e comunicação; Instalação e Manutenção elétrica em edificações; Instalação e Manutenção de sistemas de ar condicionado de ventilação e refrigeração; Instalação de sistema de prevenção contra incêndio; Montagem e Instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Tratamento acústico e térmico; Obras de alvenaria e de acabamento em gesso e argamassa, de Pintura e Impermeabilização em edificações em geral, Instalações de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; Serviços de aplicação de resinas em interiores e exteriores; Aluguel de máquinas e equipamentos de demolição e de construção civil; Aluguel de veículos automotores; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas.

INÍCIO DE ATIVIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO

CLAUSULA QUINTA - A sociedade iniciou suas atividades em 13/01/2009 e seu prazo é por tempo indeterminado(Art. 997, II, CC/2002).

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. A sociedade tem o capital social de R\$ 1.040.000,00 (Um Milhão e Quarenta mil reais), dividido em 1.040.000 (Um Milhão e Quarenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
MARTINHO DE SOUZA NETO	104.000	10,00	104.000,00
BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA	832.000	80,00	832.000,00
MARCELO DINIZ DE SOUZA	104.000	10,00	104.000,00
Total	1.040.000	100,00	1.040.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade é exercida pelos sócios MARCELO DINIZ DE SOUZA e BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, em conjunto ou isoladamente, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

Parágrafo único. No exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 11/06/15

Jacyr Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC. Nº 1469/12

MSB
Alencar

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CLAUSULA DECIMA – A responsabilidade técnica é do sócio MARCELO DINIZ DE SOUZA, brasileiro, nascido em 08/01/1973, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 4.084.940-SSP/PE, CREA PE-049633.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(ES), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os sócios administradores, MARCELO DINIZ DE SOUZA e BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração de Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Fica eleito o foro de Petrolina - PE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que serão assinadas pelos sócios.

Petrolina - PE, 22 de abril de 2013.

Martinho de Souza Neto
MARTINHO DE SOUZA NETO

Brígida Alencar Peixoto de Souza
BRÍGIDA ALENCAR PEIXOTO DE SOUZA

Marcelo Diniz de Souza
MARCELO DINIZ DE SOUZA

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/04/2013
SOB Nº: 20138788634
Protocolo: 13/878863-4
Empresa: 26 2 0172532 2
MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA
EPP

Andrea Cristina P. de Almeida
ANDREA CRISTINA P. DE ALMEIDA
SECRETARIO-GERAL


Hannah Tupina Torres
Analista de Processos
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 29/06/15
Jacynar Bandeira da Silva
Jacynar Bandeira da Silva
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF-7ª SR - DEC. Nº 1469/12



DECLARAÇÃO

A Licitante MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ/MF nº 10.608.832/0001-49, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data, NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SICAF, ora apresentado para fins de habilitação na presente licitação (Art. 32, § 2º, Lei 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar e contratar com a CODEVASF (Art. 87 Inciso IV da Lei 8.666/93), declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Petrolina, 20 de maio de 2015.

Marcelo Diniz de Souza

Sócio Administrador

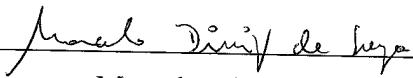


DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
RDC Nº 01/2015-7ª/SR

Marcelo Diniz de Souza, brasileiro, casado, Engº Civil, natural de Petrolina-PE, portador do RG 4.084.940 SSP/PE, CPF 747.944.004-97, CREA 181096913-1, residente e domiciliado à Rua da Pedreira, 150A, Bairro São José, Petrolina-PE, CEP 56.302-430, Fone (87) 9123-7520, como representante devidamente constituído da empresa **MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA.**, CNPJ/MF nº 10.608.832/0001-49, com endereço à Rua da Pedreira, 150, AP 01, Bairro São José, Petrolina-PE, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital nº 01/2015-7ª/SR – RDC, declara sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) proposta apresentada para participar da RDC nº 01/2015-7ª/SR foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da RDC nº 01/2015-7ª/SR, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da RDC nº 01/2015-7ª/SR não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da RDC nº 01/2015-7ª/SR, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da RDC nº 01/2015-7ª/SR quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da RDC nº 01/2015-7ª/SR antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da RDC nº 01/2015-7ª/SR não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Petrolina, em 20 de maio de 2015.



Marcelo Diniz de Souza